



ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO NO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELABORADA E DIVULGADA PELA APAE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES-PR

GREGOLIM, Bruna¹
HESSEL, Saionara Carvalho da Costa²
SILVA, José Roberto Domingues da³
bruna_gregolim@hotmail.com
saionara_cc@hotmail.com

RESUMO

O conteúdo estudado foi à prestação de contas de uma entidade que compõe o “Terceiro Setor” que são aquelas que, embora legalmente constituídas, são tidas como não governamentais, pois dependem de doações e ações próprias para se manter. A prestação de contas deve seguir os parâmetros que lhe são estabelecidos sendo feita por órgãos estatais de controle, como Tribunais de Contas, Ministério Público, Ministério da Justiça e Receita Federal. O objetivo desta pesquisa foi analisar o processo de prestação de contas da APAE, de Capitão Leônidas Marques-PR, no período de 2016. Dessa forma, para o desenvolvimento deste estudo segue os direcionamentos de uma pesquisa classificada como descritiva, abordando também um estudo de caso, além de pesquisa bibliográfica. Quanto à abordagem do problema qualitativa, onde se buscou apresentar um estudo que possibilite o conhecimento do funcionamento do processo de prestação de contas em uma entidade sem fins lucrativos. No que tange a pesquisa a cerca da prestação de contas. Destaca-se, que a discussão realizada acerca dos procedimentos disponibilizados no sistema (ato de transferência, despesas, outras receitas, saldo bancário, fechamento de bimestre) representa uma abordagem ampla de como os dados podem ser lançados no sistema, inclusive apontando prazos e locais específicos em que cada informação deve figurar.

Palavras-chave: Contabilidade. Demonstrações Contábeis. Terceiro setor.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis (UNIVEL - Centro Universitário) (2017).

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis (UNIVEL - Centro Universitário) (2017).

³ Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2013) - ORIENTADOR



INTRODUÇÃO

O processo de prestação de contas para uma entidade sem fins lucrativos tem como objetivo principal demonstrar se os recursos recebidos foram corretamente aplicados, a fim de mostrar transparência e credibilidade (PORTULHAK; DELAY; PACHECO, 2015).

As entidades do Terceiro Setor buscam atuar no bem estar da coletividade, gerando bens e serviços públicos à comunidade em geral, exercendo atividades em prol da sociedade, pois é a partir destas organizações que parte da população se beneficia, buscando assim uma melhor qualidade de vida e amenizar a desigualdade social, a pobreza, a poluição e a violência na sociedade em geral (MONSER, *et al*, 2011).

A maior dificuldade enfrentada por essas entidades é a obtenção de recursos para se manter, pois a cada dia existem mais entidades que acabam competindo umas com as outras na captação de recursos, tornando-se necessário o uso de processos de transparência nas relações dessas organizações (CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011).

Diante do tema exposto coloca-se em pauta a seguinte questão: Quais são as informações geradas pelas demonstrações financeiras que são utilizadas no processo da prestação de contas da APAE de Capitão Leônidas Marques-PR?

A escolha do tema justifica-se em razão de ser um assunto pouco discutido e que demonstra a necessidade da prestação de conta de uma entidade privada sem fins lucrativos. Assim o objetivo desta pesquisa foi analisar o processo de prestação de contas da entidade sem fins lucrativos em 2016.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

A seguir, apresenta-se uma discussão teórica relativa ao terceiro setor, o processo de prestação de contas de uma associação sem fins lucrativos e as demonstrações contábeis utilizadas.

1.1 Terceiro Setor

Para melhor compreender o sistema que abrange o terceiro setor, se faz necessário desacreditar por um momento nos padrões e modelos, predeterminado por empresas privadas e pelo Estado (SILVA, VENDRUSCOLO, 2015).

O Primeiro Setor encontra-se o Estado, composto pela administração direta e indireta, que tem como finalidade o bem estar da população, sem qualquer feição lucrativa. O Estado efetua atividades de interesse público, todavia, os serviços prestados são no sentido de dar à população melhores condições de vida.

O Segundo Setor, de livre iniciativa, constituído pelo Mercado, que exerce atividades de caráter privado, cuja principal motivação é o lucro.

Já o Terceiro Setor da economia é notado pela presença de entidades de caráter privado, sem finalidade lucrativa, que realizam atividades do interesse da sociedade e coletivo. Em troca disso, as mesmas recebem subsídios pagos pelo Estado como forma de incentivo ao particular.

Dito isso, o mesmo surgiu de uma junção do Primeiro Setor, representado pelo Estado, e do Segundo Setor, representado pelo Mercado; a partir daí, nasceu o Terceiro Setor, com uma visão trissetorial. Ou seja, o Terceiro Setor tem como objetivo o bem em comum da sociedade, mas com a metodologia de uma empresa privada, pois, para que ela possa desenvolver e colocar em prática o seu objetivo voltado ao bem em comum da sociedade necessita de recursos financeiros.

1.2 Prestação de Contas

Uma das obrigações dos gestores das entidades sem fins lucrativos é a prestação de contas, para diretoria, depois sucessivamente para os órgãos competentes do poder público, sendo disponibilizados documentos pelos dirigentes das entidades como forma de apreciação e verificação se os recursos provenientes da mesma estão sendo corretamente aplicados, deixando sua gestão clara, objetiva e com transparência.

Segundo Olak e Nascimento (2010, p.27), “O termo contribuição é contemplado na constituição federal no capítulo que trata do Sistema Tributário Nacional nos arts.

145 inciso III, e 149. Trata-se da contribuição de melhoria e das contribuições sociais”. Tendo a doação como uma das fontes de lucro, ou seja, o doador é o “cliente” da entidade, a mesma tem obrigação legal ou moral de apresentar uma prestação de contas, é necessário que haja clareza e que especifiquem as aplicações das verbas adquiridas através de doações para que os doadores possam continuar contribuindo e novos contribuintes surjam através do interesse no objetivo proposto pela entidade.

Nunes (1990, p. 801 *apud* OLAK; NASCIMENTO, 2010, p.30) As subvenções são normalmente a garantia de manutenção das entidades sem fins lucrativos, devido ao fato de não terem certeza se haverá doações ou contribuições para ajuda da mesma, sendo que esses recursos são recebidos de acordo com o plano de aplicação que é realizado pela entidade no ato do pedido da subvenção, tendo obrigação de ser seguido depois de aprovado; normalmente, são utilizadas para folha de pagamento dos funcionários, materiais de uso, gêneros de alimentação e na manutenção e reparos de bens imóveis. Essa subvenção, que é considerada recurso repassado à entidade, é submetida por órgãos governamentais, da União, Estados ou Municípios.

Outra fonte de recursos que as entidades sem fins lucrativos podem usar para cumprir sua missão na manutenção das suas atividades é baseada em vender produtos elaborados por alunos e funcionários, ou até mesmo o bazar beneficente (muitas vezes, os produtos são recebidos da Receita Federal), bingos e jantares beneficentes. Todas essas fontes de recurso necessitam da prestação de contas.

A prestação de contas deve seguir necessariamente os parâmetros que são estabelecidos através dos fornecedores ou concedentes dos recursos, sendo feita por órgãos estatais de controle, como Tribunais de Contas, Ministério Público, Ministério da Justiça e Receita Federal.

1.3 Demonstrações Contábeis Aplicadas no Terceiro Setor

O conceito de demonstrações contábeis ou financeiras se refere a relatórios que utilizam informações, retiradas de escriturações produzidas pelas entidades. A geração de informações para administradores e doadores de maneira transparente é

o objetivo principal da produção desses relatórios. As informações geradas nas demonstrações para prestação de contas são divulgadas no TCU (Tribunal de Contas da União).

De acordo com a NBC TG 26, há um conjunto de demonstrações contábeis que devem ser seguidas por entidades do Terceiro Setor, desta forma, é importante que as entidades pertencentes ao mesmo disponibilizem informações a partir da sua regulamentação legal, utilizando-se, inclusive, de informações disponibilizadas por outras entidades semelhantes, realizando as atividades contábeis exigidas, ainda que se trate de entidades isentas do pagamento de impostos.

1.3.1 Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial, em seu conceito, certifica-se de ser uma demonstração contábil destinada a evidenciar qualitativa e quantitativamente, num estabelecido, o período, o patrimônio e o patrimônio líquido de uma entidade. Portanto, o mesmo é composto por bens, direitos e obrigações, sendo que os bens e direitos se encontram no ativo e as obrigações, no passivo (NASCIMENTO; OLAK, 2010). E o mesmo não se diferencia de um balanço patrimonial de uma entidade com fins lucrativos, somente algumas nomenclaturas são adaptadas.

1.3.2 Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício (DSDE)

Sobre o conceito de Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, Olak e Nascimento (2010, p.71) afirmam que: “também denominada ‘Demonstração do Resultado do Exercício’, tendo como objetivo principal, nas entidades sem fins lucrativos, evidenciar todas as atividades desenvolvidas pelos gestores relativas a um determinado período de tempo, denominado de ‘Exercício’”.

Superávit e Déficit demonstram resultados positivos e negativos nas entidades sem fins lucrativos; já nas empresas com fins lucrativos, são denominados lucro e prejuízo.

1.3.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social (DMPLS)

Em seu conceito inicial, a DMPL- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido visa a evidenciar as variações que ocorrem no patrimônio líquido em todas as contas em geral que a compõem. É uma demonstração com grande utilidade, pois fornece a movimentação ocorrida durante determinado período nas contas do patrimônio líquido. Para as entidades sem fins lucrativos, essa demonstração explicará como e por que as diversas contas do patrimônio líquido modificaram-se durante o período (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

1.3.4 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A demonstração de fluxo de caixa (DFC) é um relatório contábil que tem como finalidade evidenciar as ocorrências de determinados períodos que causaram modificações no saldo da conta caixa (RIBEIRO, 2009). A composição da demonstração do fluxo de caixa (DFC) deve estar de acordo com os requisitos da NBC TSP 2. As entidades do terceiro setor devem apresentá-las como parte integrante de suas demonstrações ao final de cada exercício financeiro.

1.3.5 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As notas explicativas são relatórios de esclarecimento que buscam concluir as demonstrações financeiras, servem como uma forma de complemento às demais, acrescentando informações que não foram demonstradas. As mesmas facilitam a explanação dos dados compostos nas demonstrações financeiras para uma melhor leitura pelos seus usuários, tendo como intuito ser um relatório de prestação de contas mais completo, tendo por objetivo: explicar os principais critérios adotados pela Contabilidade para elaborar as demonstrações contábeis, bem como esclarecer algumas operações realizadas pela organização que estão refletidas, monetariamente, nessas demonstrações. (NASCIMENTO; OLAK, 2010).

1.4 APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Segundo definição do art. 53 do Código Civil Brasileiro, de 10 de janeiro de 2002: “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE é uma associação civil, de assistência social, de caráter filantrópico, com atuação nas áreas da prevenção, educação, saúde, trabalho/profissionalização, garantia de direitos, esporte, cultura/lazer, de estudo e pesquisa e outros, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede e foro no município em que estiver situada. Sendo fundada em Capitão Leônidas Marques, em 17 de setembro de 1994 a APAE, sob o esforço de um grupo de pessoas voluntárias em prol da causa das Pessoas com Deficiência, tendo em frente ao grupo a Sra. Alcira Henrieta Dahmer Voltolini.

1.5 Metodologia

A pesquisa descritiva, para Marconi e Lakatos (2009 p.6), “é aquela que aborda quatro aspectos: investigação, registro, análise e interpretação de fatos ocorridos no passado, para por meio de generalizações, compreender o presente e predizer o futuro”. A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois foi realizada de acordo com os documentos cedidos pela APAE de Capitão Leônidas Marques, uma verificação de como funciona o processo de prestação de contas através das demonstrações elaboradas e divulgadas pela mesma.

Quanto aos procedimentos, é classificada, ainda, em estudo de caso e pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2010, p.37), o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Já na abordagem do problema qualitativa. Para Gil (2002, p.133), a análise qualitativa depende de muitos “fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação”. A coleta de dados feita por meio de busca e pesquisa documental nas demonstrações elaboradas pela APAE via documentos públicos e registros internos.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR (www.tce.pr.gov.br) é uma corporação responsável pelo patrimônio público e sua função principal é fiscalizar o uso do dinheiro público. Além da fiscalização financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 16 § 2º, concedeu aos tribunais de contas o poder de avaliação, para verificar se os recursos estão sendo investidos corretamente, e trazendo retorno à população. Incluído na página do TCEPR encontra-se o SIT – Sistema Integrado de Transferências, que é o órgão responsável pela prestação de contas de transferências voluntárias, criado em 2011 através da Resolução n.º 28/2011 do Tribunal de Contas do Paraná. Desde 2012, tornou-se obrigatório para as instituições repassadoras e os entes públicos e entidades privadas que utilizam recursos por meio de assinatura de convênios, termo de colaboração, etc.

O processo de prestação de contas da APAE é feito através do SIT – Sistema Integrado de Transferências, que consta em seu início alguns itens, como: relações de transferências contendo o número do SIT, tipo de instrumento, o termo de colaboração ou termo de convênio, concedente este podendo ser da Secretaria de Estado da Educação ou o respectivo município, tomador sendo a APAE de Capitão Leônidas Marques, situação da transferência no momento atual em execução, também a celebração quando início do termo, em seguida o fim de vigência, e por último o valor total em reais da transferência, de acordo com a figura 1.

Figura 1 – Relação de Transferências

Desp.	Nº SIT	Tipo Instrumento	Concedente	Tomador	Situação	Celebração	Fim de Vigência	Valor Total
\$	246925	Termo de Colaboração - 201700048/2017	Educação do Paraná	APAE de Ponta Fina	Em Execução	01/02/2017	31/07/2018	R\$ 500.000,00
\$	125346	Termo de Convênio - 002/2017	PM Ponta Fina	APAE de Ponta Fina	Em Execução	10/02/2017	31/12/2017	R\$ 35.000,00
\$	764591	Termo de Colaboração - 01/2017/2017	PM Ponta Aguda	APAE de Ponta Fina	Em Execução	15/05/2017	15/05/2018	R\$ 15.000,00

Mostrar Página 1 de 1 Páginas Exibir 10 Registros por Página

Fonte: Sistema Integrado de Transferências – SIT.(2017)

2.1 Ato de Transferência

a) Referente à aba Ato de Transferência, estão dispostas as informações gerais. Além das citadas acima, a atividade principal “Educação Especial”, juntamente com seu objeto do Termo de Colaboração ou Convênio, que demonstra a oferta de escolarização e atendimento educacional especializado para estudantes com deficiências. Apresentando como responsável pela fiscalização da transferência pela concedente, onde consta o CPF, nome e cargo do agente fiscalizador. Demonstrando na figura 2 os dados bancários do tomador, tais como banco, agência, número de conta corrente. Gerais.

Figura 2 – Informações

Concedente	Informações Gerais	Data de Registro no SIT																
<ul style="list-style-type: none"> ▼ Ato de Transferência ▶ Informações Gerais ▶ Dados Concedente ▶ Dados Tomador ▶ Partícipes ▶ Plano de Trabalho ▶ Aditivos ▶ Rescisão ▶ Repasses ▶ Avaliação ▶ Circunstanciado ▶ Termo Fiscalização ▶ Inconsistências ▶ Fechar Bimestres ▶ Tomada de Contas ▶ Resumo Financeiro ▶ Documentos Anexos ▶ Finalização ▶ Prestação de Contas 	<p>Número SIT 246925</p> <p>Tipo Instrumento Termo de Colaboração</p> <p>Número do Instrumento 2017.00048</p> <p>Situação Atual Em Execução</p> <p>Concedente SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO</p> <p>Tomador APAE de Ponta Fina</p> <p>Ano 2017</p> <p>Data Celebração 01/02/2017</p> <p>Data Início Vigência 01/02/2017</p> <p>Data Fim vigência 31/07/2018</p> <p>Data Início Execução 01/02/2017</p> <p>Data Fim Execução 31/07/2018</p> <p>Periódico de Publicação Diário Oficial Paraná</p> <p>Data Publicação 01/02/2017</p> <p>Atividade Principal da Transferência Educação Especial</p> <p>Objeto Oferta de Escolarização e Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiências, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, em consonância com a política educacional adotada pela Secretaria de Estado da Educação – SEED, conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo, o qual será parte integrante e indissociável desta parceria.</p> <table border="0"> <tr> <td>Valor do Repasse Atual</td> <td>500.000,00</td> <td>Valor do Repasse Inicial</td> <td>500.000,00</td> </tr> <tr> <td>Valor Contrapartida Atual</td> <td>0,00</td> <td>Valor Contrapartida Inicial</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Rendimento Financeiro Atual</td> <td>0,00</td> <td>Rendimento Financeiro Inicial</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Valor Total Transferência</td> <td>500.000,00</td> <td>Valor Total Transf. Inicial</td> <td>500.000,00</td> </tr> </table> <p>Identificação do Responsável Pela Fiscalização da Transferência no Concedente</p> <p>CPF</p> <p>Nome</p> <p>Cargo</p> <p>Dados Bancários</p> <p>Banco 1 Bom Sucesso</p> <p>Agência 2562</p> <p>Conta Corrente 1869-25</p> <p>Chamamento Público</p> <p>Procedimento Inexigibilidade Chamamento Público (Lei 13019/14)</p> <p>Número 1</p> <p>Ano 2017</p> <p>Data Publicação 25/01/2017</p> <p>Consulta ao Conselho de Política Pública</p>	Valor do Repasse Atual	500.000,00	Valor do Repasse Inicial	500.000,00	Valor Contrapartida Atual	0,00	Valor Contrapartida Inicial	0,00	Rendimento Financeiro Atual	0,00	Rendimento Financeiro Inicial	0,00	Valor Total Transferência	500.000,00	Valor Total Transf. Inicial	500.000,00	22/02/2017
Valor do Repasse Atual	500.000,00	Valor do Repasse Inicial	500.000,00															
Valor Contrapartida Atual	0,00	Valor Contrapartida Inicial	0,00															
Rendimento Financeiro Atual	0,00	Rendimento Financeiro Inicial	0,00															
Valor Total Transferência	500.000,00	Valor Total Transf. Inicial	500.000,00															

Fonte: Sistema Integrado de Transferências – SIT. (2017).

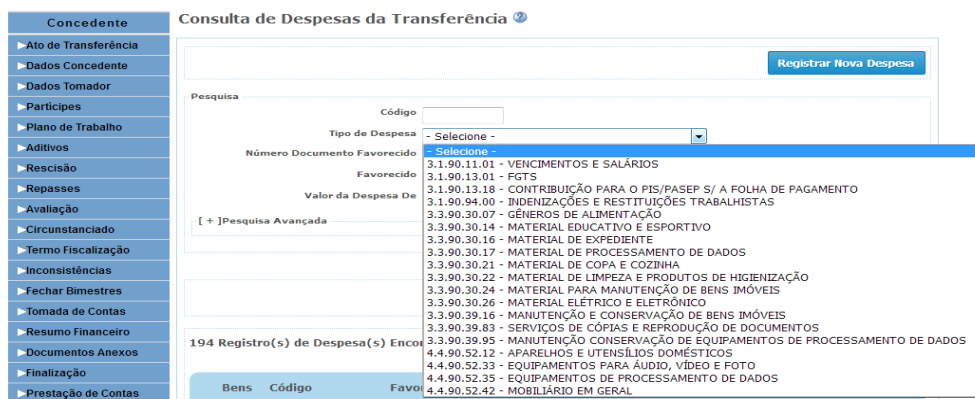
Todas as entidades devem prestar contas no sistema SIT. Para tanto, a identificação da conta corrente é fator fundamental para a boa prestação de contas, pois os valores informados serão confrontados com os extratos.

2.2 Despesas

b) Nesta aba do sistema SIT, são classificadas todas as despesas com código, tipo e vínculo com o plano de aplicação, citando ainda o número de documento do favorecido, o favorecido e o valor da despesa. Algumas despesas são: vencimentos

e salários; FGTS; gêneros de alimentação; mobiliário em geral, entre outros, conforme mostra a figura 3.

Figura 3 – Consulta de Despesas da Transferência



Consulta de Despesas da Transferência

Registrar Nova Despesa

Pesquisa

Código

Tipo de Despesa - Seleção -

Número Documento Favorecido

Favorecido

Valor da Despesa De

[+] Pesquisa Avançada

194 Registro(s) de Despesa(s) Enco

Bens	Código	Favo
	3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS
	3.1.90.13.01	FGTS
	3.1.90.13.18	CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP S/ A FOLHA DE PAGAMENTO
	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
	3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
	3.3.90.30.14	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO
	3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE
	3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
	3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA
	3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
	3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS
	3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO
	3.3.90.39.16	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
	3.3.90.39.83	SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS
	3.3.90.39.95	MANUTENÇÃO CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS
	4.4.90.52.12	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS
	4.4.90.52.33	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO
	4.4.90.52.35	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS
	4.4.90.52.42	MOBILIÁRIO EM GERAL

Fonte: Sistema Integrado de Transferências – SIT. (2017)

O registro da despesa é realizado através do seguinte passo de identificação do documento da despesa: tipo da despesa; tipo; número; data de emissão; valor; descrição, identificação do favorecido/fornecedor, onde irá constar o CPF/CNPJ, número e nome, processo da compra: modalidade, número do documento fiscal e data, informação do pagamento: tipo de documento; número do documento; data de pagamento; data de débito na conta do convênio. Se for aquisição de bens, terá a opção bens adquiridos a ser preenchidos com sua descrição, quantidade de item e seu valor unitário, conforme figura 4.

Figura - 4 Consulta de Despesa



Consulta de Despesa

Identificação da Despesa

Código 3481417

Tipo da Despesa 3.1.90.11.01 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS

Identificação do Favorecido

CPF

Nome

Identificação do Documento da Despesa

Tipo Folha Pagamento/Holerite

Número 53

Data de Emissão 28/02/2017

Valor Despesa R\$

Descrição Salário ref. ao mês de fevereiro de 2017.

Processo de Compra

Modalidade Tributos/Pessoal - aquisição direta

Número 53

Data 28/02/2017

Informação do Pagamento

Tipo de Documento Débito em Conta

Número do Documento 3660

Data do Pagamento 08/03/2017

Data de Débito na Conta Convênio 08/03/2017

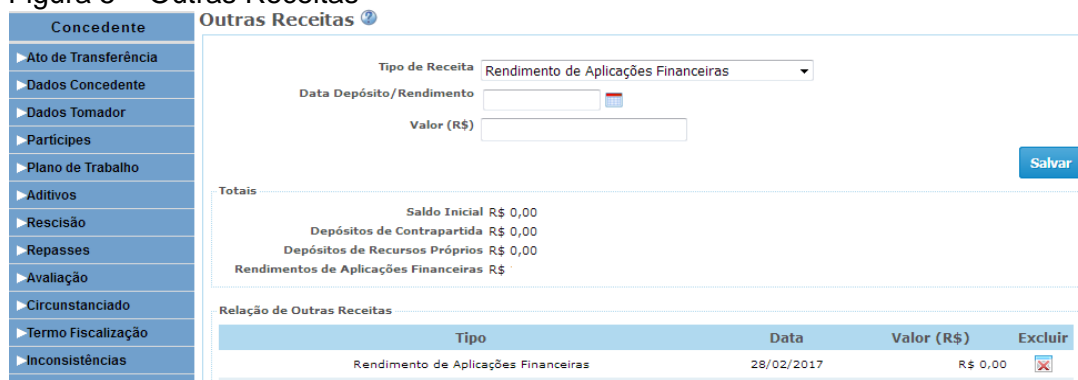
Nova Despesa Editar Excluir

Fonte: Sistema Integrado de Transferências – SIT. (2017).

2.3 Outras Receitas

c) Em Outras Receitas, apresentam-se depósito de contrapartida, depósito de recursos próprios, rendimentos de aplicações financeiras e saldo inicial, na entidade estudada, sendo lançado o valor de rendimento de aplicações financeiras conforme extrato bancário, seguindo o tipo de receita, data de depósito/rendimento e o valor em reais, conforme a figura 5.

Figura 5 – Outras Receitas



Outras Receitas

Tipo de Receita: Rendimento de Aplicações Financeiras

Data Depósito/Rendimento:

Valor (R\$):

Salvar

Totais

Saldo Inicial R\$ 0,00
 Depósitos de Contrapartida R\$ 0,00
 Depósitos de Recursos Próprios R\$ 0,00
 Rendimentos de Aplicações Financeiras R\$

Relação de Outras Receitas

Tipo	Data	Valor (R\$)	Excluir
Rendimento de Aplicações Financeiras	28/02/2017	R\$ 0,00	<input type="checkbox"/>

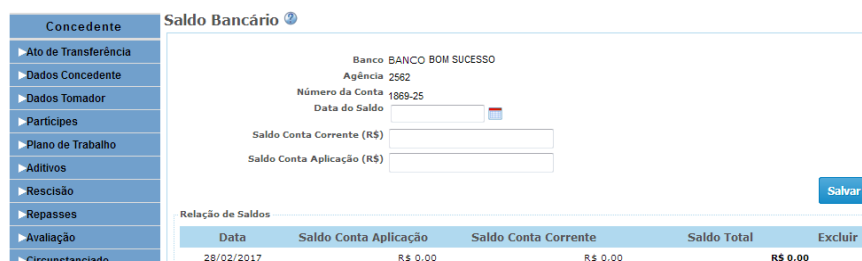
Fonte: Sistema Integrado de Transferências – SIT. (2017)

A entidade estudada teve como outras receitas o valor do rendimento das aplicações financeiras, cuja origem foi pautada nos recursos recebidos até a data de sua utilização. Essa informação foi obtida por meio dos extratos bancários de aplicações e registro no DRE.

2.4 Saldo Bancário

d) São informados neste item os saldos existentes em conta corrente e aplicações na data da prestação de conta, conforme apresentado na figura 6.

Figura 6 – Saldo Bancário



Saldo Bancário

Banco BANCO BOM SUCESSO
 Agência 2562
 Número da Conta 1869-25
 Data do Saldo:

Saldo Conta Corrente (R\$):

Saldo Conta Aplicação (R\$):

Salvar

Relação de Saldos

Data	Saldo Conta Aplicação	Saldo Conta Corrente	Saldo Total	Excluir
28/02/2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<input type="checkbox"/>

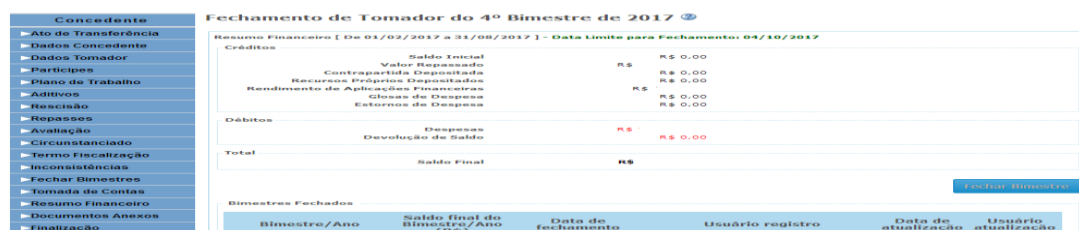
Fonte: Sistema Integrado de Transferências – SIT.(2017).

A importância desta informação reside no fato da conciliação das contas bancárias e para acompanhamento dos projetos e cumprimento dos orçamentos estabelecidos.

2.5 Fechar Bimestre

e) Deve ser feito ao final de cada bimestre pela entidade tomadora, conforme requisito do órgão concessor dos recursos monetários; apresentam-se os créditos, seguidos dos débitos e o saldo final. Caso exista alguma pendência, tais como não informação de saldo, não registro de alguma despesa ou falta de anexar algum comprovante, será listado ao final da página. Para o fechamento do bimestre, as pendências listadas deverão ser regularizadas. A figura 7 demonstra esse processo.

Figura 7 – Fechamento de Bimestre



Fechamento de Tomador do 4º Bimestre de 2017					
Resumo Financeiro [De 01/02/2017 a 31/08/2017] - Data Limite para Fechamento: 04/10/2017					
Creditos					
	Saldo Inicial	R\$	R\$ 0,00		
	Valor Repassado	R\$	R\$ 0,00		
	Contrapartida Depositada	R\$	R\$ 0,00		
	Recursos Próprios Depositados	R\$	R\$ 0,00		
	Rendimento de Aplicações Financeiras	R\$	R\$ 0,00		
	Glosas de Despesa	R\$	R\$ 0,00		
	Estornos de Despesa	R\$	R\$ 0,00		
Débitos					
	Despesas	R\$	R\$ 0,00		
	Devolução de Saldo	R\$	R\$ 0,00		
Total					
	Saldo Final	R\$			
Bimestres Fechados					
Bimestre/Ano	Saldo final do Bimestre/Ano (R\$)	Data de fechamento	Usuário registro	Data de atualização	Usuário atualização

Fonte: Sistema Integrado de Transferências – SIT.(2017)

Nesta etapa percebeu-se um vínculo direto com as informações contábeis constantes nas demonstrações fornecidas pela entidade estudada. É necessário frisar que, uma vez fechado o bimestre, existe a possibilidade de reabrir para acrescentar, diminuir ou corrigir alguma informação. Após o fechamento do bimestre, o concedente tem o prazo de 60 dias para listar as possíveis correções. Estando de acordo com o termo, realiza o fechamento do bimestre, sendo assim, está disponível para o tribunal de contas do Paraná iniciar sua fiscalização.

CONCLUSÃO

A economia está dividida em três setores, sendo que o Terceiro Setor está voltado para as entidades desenvolvidas com a finalidade de prestar serviços não governamentais, sendo assim o escolhido para o desenvolvimento da investigação proposta neste estudo. O percurso teórico trilhado e a análise do caso específico possibilitaram uma discussão sobre como deve ser realizada tal prestação de contas da APAE de Capitão Leônidas Marques.

Considerando a necessidade da prestação de contas e a obrigatoriedade do lançamento desses dados no SIT (Sistema Integrado de Transferências), se objetivou, com a análise empreendida anteriormente, demonstrar quais os passos a serem seguidos para o preenchimento dos dados no sistema, bem como discorrer especificamente sobre essa prática no caso da entidade.

Portanto, o SIT (Sistema Integrado de Transferências) é uma ferramenta essencial para o sistema financeiro da instituição, facilitando a prestação de contas e organização dos gastos, inclusive apontando prazos e locais específicos para cada informação, possibilitando a transparência à sociedade por meio de prestação de contas a órgãos da união Estados e Municípios, como o TCU e o TCEPR.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES, Luciene Cristina. **A Accountability Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade**. Rio de Janeiro. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de Procedimentos Contábeis para fundações e entidades de interesse social**. 2. ed. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Manual_procedimentos2008.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.

FROES, César; NETO, Francisco Paulo de Melo. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 e 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002/2010.



MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MONSER, Neusa Teresinha Ballardin; SOUZA, Marcone Hahan; PINTO, Ivan Roberto dos Santos Junior; PETRY, Dani José; BERTO, João Daniel; PUGUES, Laurice Martha; SALVADOR, Luiz Antonio; RENNEN, Roberto Antonio; MEDEIROS, Roberto da Silva. **Terceiro Setor - Guia de orientação para o profissional da contabilidade**. Porto Alegre, 2016.

NASCIMENTO, Diogo Toledo; OLAK, Paulo Arnaldo. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor)**. São Paulo: Atlas, 2010.

PORTULHAK, Henrique; VAZ, Patricia Villa Costa; DELAY, Albino João; PACHECO, Vicente. A qualidade da prestação de contas das entidades do terceiro setor: uma análise a partir de sua relação com o comportamento dos doadores individuais. **Congresso Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis**, jun/2016. Disponível em: <http://congressos.anpcont.org.br/x/anais/files/2016-05/1464470562_cpt37.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços**. São Paulo: Saraiva 2009.

SILVA, Viviane Rodrigues; VENDRUSCOLO, Maria Ivanice. **A contribuição da contabilidade na prestação de contas à Renovação da titulação Oscip**: um estudo de caso numa Fundação da região sul do Brasil. Rio Grande do Sul, 2015.

SIT – **Sistema Integrado de Transferências**. Disponível em: <<http://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SIT/sitAnexarDocumentosC.aspx>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

SLOMSKI, Valmor; REZENDE, Amaury José; CRUZ, Cassia Vanessa Olak Alves; OLAK, Paulo Arnaldo. **Contabilidade do Terceiro Setor** – Uma abordagem operacional aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas. São Paulo: Atlas, 2012.

TCU – **Tribunal de Contas da União**. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/inicio/index.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2017.